

Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas?

Palestra proferida por **Maria Nélida González de Gómez**, Doutora em comunicação, Professora de Pós-graduação em Ciência da Informação da ECO:UFRJ/IBICT/CNPq. Pesquisadora DEP:IBICT/CNPq.

1 Introdução

A compreensão da forma e natureza do perguntar, que está na origem da Ciência da Informação, requer, para nós, lembrar do perguntar que deu lugar a dois saberes fundamentais do ocidente: a Filosofia e a Ciência. Destacamos três passagens na trajetória do perguntas 1) a passagem cultural da Filosofia à Ciência; 2) a passagem histórica das Ciências à Ciência da Informação; 3) a passagem social e epistemológica de uma concepção nomológica, empírico-analítica da Ciência da Informação à sua reformulação, incorporando novas demandas, novas estratégias de pesquisa e, enfim, novas direções de resposta. Consideramos, assim, a possibilidade e pertinência da definição dos estudos da informação sobre as informações, como um campo transdisciplinar, e não como uma “meta-ciência”.²

2 Da filosofia à ciência, como passagem do assombro à interrogação

A filosofia apresenta-se, na história do pensamento, como o primeiro perguntar que faz um retorno sobre a forma e direção do saber, como um saber que só pode ir além quando não perde de vista **em direção a que desde onde** teve seu ponto de partida como saber.

Aristóteles¹ define a filosofia como **a busca do mais do saber**. Por sua direção, aponta sempre como fim a sua própria realização. Independe da imposição externa de fins ou resultados - a diferença das artes (*texne*), saber fazer orientado por regras, saber dos meios contingenciados pela exterioridade do fim. Por sua forma, o mais do saber resulta de seu caráter teórico, e opõe-se, nesse sentido, ao saber poético ou produ-

vo, cuja definição formal abrange a obra (*ergon*) e está procedimentalmente organizado por relações causais. A teoria, pelo contrário, obtendo sua completeza no mero acontecimento do saber, é um “logos eleutherion”, palavra de liberdade.

Por que os homens teriam esse empenho em buscar o mais do saber?

A origem do pensamento filosófico, na mesma linha de reflexão, não seria, na verdade, o perguntar. A origem do pensamento filosófico é o assombro (“taumazein”).

O assombrar-se, aliás, não provoca a pergunta por alguma coisa. Quotidianamente, podemos querer saber algo, e podemos, em função disso, buscar alguma informação. Nada indica ainda uma direção ao mais do saber - além deste ou daquele saber ou informação. Na verdade, no assombro, **não é o perguntar o que inicia a ação do conhecimento**: o assombroso é o que atrai o olhar, o que demanda nossa admiração. Nós, seres humanos, somos capturados pelo assombro quando o admirável “nos submete a sua violência”:

“Dar-se conta de uma dificuldade e admirar-se, é reconhecer a própria ignorância”².

Na forma e origem da filosofia, antecipa-se uma ruptura, há uma indicação de violência. Será o filósofo responsável por essa ruptura, exilado de todos os territórios, andarilho das nuvens? No discurso grego, porém, o **desde onde** da filosofia é sem mais nem menos o ponto de partida da historicidade do homem. É próprio do homem, de seu lugar no meio do ser, encontrar-se na situação do assombro.

Um dos coros de Antígona nos aproxima do sentido daquele mais do saber.

“Muitas coisas são pavorosas; nada, porém, mais que o homem, ao qual ninguém sobrepasse em pavor. Navega, por cima da maré espumante, no meio da invernal tempestade do sul, e cruza as montanhas das abissais e enfurecidas ondas. (...) Circunspecto porque domina a habilidade inventiva, além do esperado, às vezes cai na perversidade, outras, é bem sucedido em no

bres empreendimentos. Vive entre a lei da terra e a ordem sagrada dos deuses. Ao predominar sobre o lugar, o perde, pois a audácia do homem o faz considerar sempre o ser como não ser”³.

Os primeiros versos anunciam o lugar do homem, no meio das coisas, e sua condição de ser o mais pavoroso entre as coisas que apavoram (assim como digo que algo ou alguém são terrivelmente belos). De onde vem ao homem o ser o mais insólito e pavoroso dos seres? Não é, porém, pela vontade ou faculdades do homem que isso acontece. Isso não é sua intenção, isso é seu acontecimento.

É porque o homem está entre as coisas, assombrando-se, abrindo caminhos no ente, tematizando aquilo que é alguma e qualquer coisa como sendo mar ou como sendo terra, dando sentido ao que então terá significado; ele faz surgir o mundo, como âmbito e efeito de sua interposição. O mundo não é o que acontece ao perguntar: antes bem, é o horizonte indefinido das respostas. O mundo surge nesse lugar onde se cruzam os caminhos abertos pelos homens.

Assim, empenhado em abrir caminhos, às vezes o homem fica sem caminhos, **perde-se (a-poros), sem saída, no emaranhado dos entes.**

“A falta de saídas (Diz Heidegger), consiste no fato dele sempre ser jogado para trás, ou seja, ser de novo lançado ao caminho por ele mesmo aberto. Fica atolado em sua própria trilha, enredado no já alhanado, trazendo nesse enredo o círculo de seu mundo: fica emaranhado na aparência.”⁴

Estar exilado do ser é esse perigoso viver no espetáculo das aparências. A tragédia grega é a consequência desse modo insólito de ser daqueles que, freqüentando a visibilidade do ser, perdem-se no não ser: cegos como os apaixonados, ignorantes como os soberbos, confusos pela prepotência de sua capacidade inventiva. E quando não sabe diferenciar o ser do não ser, não sabe já diferenciar o saber do não saber: o homem que perdeu sua trilha no emaranhado dos entes, de pronto encontra-se retido no emaranhado dos conhecimentos.

Na modernidade, o perguntar acontece como ciência e tem a forma da interrogação: é o sujeito produtor do conhecimento quem inicia e comanda a forma e direção do perguntar.

Em Aristóteles, lembremos, a filosofia, pensamento dirigido ao mais do saber, é um pensar ontológico: pensa ao homem por sua interposição, por seu ser “ejetado” entre a pluralidade das coisas, antes de ser agente de qualquer projeto: político, arquitetônico, industrial, artístico.

Em Kant, a pergunta pelo saber de maior potência é colocada como uma indagação pela forma superior das faculdades de um sujeito conhecedor: trata-se agora de colocar a natureza no quadro do conhecimento possível, no domínio programado e finito de sua intuição e seu entendimento. O homem parece ter deixado o território do assombro, para transformar-se no depositário da única possibilidade de certeza, ponto de partida e ponto de chegada do perguntar. Kant resume, assim, em três perguntas o programa de uma filosofia antropológica: O que sou capaz de saber? O que devo fazer? O que posso esperar?

O homem moderno toma em suas mãos as rédeas do perguntar: interroga, questiona, experimenta. O interrogar, porém, como acontece no mito da esfinge, condena à responsabilidade da resposta. No meio da interrogação, ele deve saber como saber, quais são as perguntas legítimas e quais as boas respostas.

Como lidar com a incerteza quando toda a certeza possível assenta-se no mesmo sujeito que interroga?

Uma vez abertos os caminhos e perdido o rumo, é necessário encontrar um novo caminho que nos leve à meta: um **metá-odó**, o método.

O “logos”, que tinha garantida sua universalidade e eficiência sob a confiança na visibilidade do real, no interrogar deve buscar sua validade e generalização pelos procedimentos dos sujeitos conhecedores, como um metá-odós-logos: como proceder racional metodologicamente determinado. Se a filosofia e a teoria são estados do assombro, a ciência e o método são consequências da interrogação.

Vejamos esse processo de outro ângulo.

Uma história não internalista das ciências modernas, que as considere como algo a mais que as mudanças paradigmáticas, poderia mostrar

como a redefinição do **mais** do saber - agora como “crescimento do conhecimento”, responde às novas estruturas formais e institucionais das próprias ciências.

Com feito, as formações sociais mercantis-industriais de cunho capitalista, parecem ser a primeiras em incentivar a busca de excedentes sociais de conhecimento, como fator estratégico de seus planos e reprodução e expansão.

A institucionalização da ciência, a formação de uma rede de interlocução e informação estabelecida entre pares - a comunidade científica - são de fato figuras expressivas de uma política dos conhecimentos que, ao gerar um espaço diferenciado de produção e acumulação de conhecimentos, permitirá a formação de excedentes, os estoques de conhecimentos disponíveis. Esses estoques seriam, assim, independentes da memória e da tradição (e portanto, não atrelados aos anteriores detentores do poder e do saber, como o clero ou a monarquia ilustrada), e independentes do saber-fazer (diferenciados, enfim, do saber artesanal e do “senso comum” que é a memória cultural dos homens e mulheres sem títulos nem privilégios).

Nessa direção, o **mais** do saber receberá os nomes de “inovação”, “frente de pesquisa” (expressões em certa forma equivalentes a uma mais-valia social do trabalho intelectual), e será traduzido, aos poucos, em categorias econômico-jurídicas, tais como “patente”, “royalties”, “joint-ventures”.

Podemos avançar um pouco mais na busca da especificidade do perguntar da ciência moderna. De fato, a sociedade moderna generaliza a divisão social e subjetiva do trabalho, universalizando uma forma de relação social que “associa dissociando”⁵.

Tratava-se, quem sabe, da ampliação do movimento de divisão e hierarquização que separou o trabalho manual do intelectual e que, numa outra direção, dissocia os “saberes privados”, da vida familiar e cotidiana - tradicionais, implícitos, não discursivos dos “saberes institucionais” discursivos, transmissíveis, ensináveis e, pelo tanto, potencialmente públicos e publicáveis, enfim, publicados, registrados.

Nessa trajetória, o homem moderno perdeu a “unidade de destino” definida por um lugar no real ou uma relação com o sagrado. Já não se pensa no meio da pluralidade das coisas (“pollá”). Ele mesmo é agora

uma pluralidade, os muitos (“polloi”), cisão de um e os outros, situados e dispersos nas novas figuras de agregação, conforme às novas formas de produção e distribuição de recursos.

É nessa manifestação histórica da condição humana que faz sentido perguntar-se pela unidade mais abrangente que envolve os indivíduos (a sociedade, o Estado, a Nação) e a questão da legitimidade e organização de unidades dos conhecimentos (que darão lugar, entre outras coisas, aos estudos do método, às grades disciplinares das universidades, às associações científicas, as literaturas especializadas).

O “legein” do “logos” (a potência de reunião da razão e da palavra), não se dirige à pluralidade das coisas, ocupa-se agora da reunião dos muitos: das muitas vontades, dos muitos saberes, das formas plurais dos conhecimentos.

O empreendimento moderno, “retido em seu próprio caminho”, parece desdobrar-se numa dialética sem síntese: empenhando-se em construir novas estruturas de integração (O Estado Nação, o partido político, o sistema eleitoral majoritário, as fábricas e depois as linhas de montagem, a “Árvore da Ciência”), verá aumentar efeitos de fragmentação, os conflitos, e a segmentação dos saberes e dos sujeitos da ação coletiva.

Após a Primeira Guerra Mundial, estudiosos da informação (então sob o nome de Documentação), alertavam sobre os impactos sociais dessa progressiva especialização e fragmentação dos conhecimentos e seus desdobramentos documentários (a dispersão da informação sobre um assunto), procurando estabelecer os ritmos e as regras que articulavam os novos jogos do conhecimento. Ranganathan⁶ e Bradford⁷ são os mais significativos desse período. A Ciência da Informação, como saber que coloca uma demanda de cientificidade, constitui-se após o fim da Segunda Guerra Mundial, incorporando aquelas questões, então muito mais evidentes em suas consequências.

3 Da ciência à Ciência da informação

Assim, o homem que busca novos caminhos no conhecimento - racional e metodologicamente estruturado - fica atolado nos caminhos que ele abre, no “emaranhado” dos conhecimentos.

Retomando as palavras de Vannevar Bush (1995), Saracevic⁸ apresenta a problemática que daria origem à Ciência da Informação:

“O problema era (e basicamente segue sendo-o inda hoje) a tarefa massiva de fazer mais acessível um emaranhado (bewildering) estoque de conhecimentos”.

A Ciência e seu método, que já fora idealizada como unidade articuladora das potências e regras do conhecimento, constituindo um sistema de interdependências e hierarquias (o denominado “árvore da ciência”), de repente apresenta-se como um campo desordenado no qual entram em competência diferentes ofertas de intervenção - terapêutica ou administrativa.

A tendência ao crescimento e à acumulação do conhecimento, favorecendo a comunicação formal e o registro textual, gera ao mesmo tempo um “entulho de registros” que toma obscura e imprecisa a linha demarcatória que separa o saber adequado (atual, relevante, de boa qualidade, “indispensável”), do pseudo-saber, do saber obsoleto, redundante ou periférico⁹.

Como solução, procura-se aperfeiçoar as cadeias de transferência de informação, através de novos processos de divisão do trabalho de informação: bibliotecários, analistas de sistemas, produtores de bases de dados, engenheiros do conhecimento. A essa divisão do trabalho que alcança a comunicação do conhecimento, acompanham outras especializações, tais como a diferenciação de um aparelho de divulgação científica complexo (publicações, museus e casas de ciência, exposições, etc.) e o surgimento de novas ações e agências de relacionamento entre o setor de pesquisa e o setor empresarial (no Estado, em tomo de Associações e Sindicatos empresariais, etc.). Outra complexidade resulta das discutidas, mas imprescindíveis, agências de administração e financiamento da pesquisa.

Produtos, instituições, novas intermediações das cadeias de transferência das informações, agregam novos planos de complexidade à geração e transmissão dos conhecimentos.

Poderia ser que, buscando a eficácia da comunicação e a organização dos conhecimentos, o homem contemporâneo, fugindo do

“emaranhado” dos conhecimentos, ficasse retido ou preso no emaranhado da informação? Como, por outro lado, o perguntar pela informação sai do escopo da otimização da ação de informação para reconstituir-se no plano de uma “Ciência da Informação”?

Para VARET¹⁰ a própria ciência oferece indicações para a definição da forma e direção de um saber acerca da informação.

As ciências têm em seus laboratórios seus instrumentos de experimentação e seus espaços coletivos de construção de uma representação *especializada e metodologicamente* organizada de uma região dos fenômenos. Por sua vez, as Ciências são o grande laboratório da Ciência da Informação, que teria como espaço coletivo e instrumental de construção de seu objeto, a produção e uso das informações pela Ciência: nessa direção, poderia elaborar sua representação especializada, que teria como domínio a informação acerca das informações. Orientada a definir estruturas organizadoras do “emaranhado dos conhecimentos”, teria na comunicação científica o modelo e o fim de sua realização.

Outros têm considerado já a Ciência como a possibilidade de junção entre o **mais do saber** e o **mais da comunicação**. Conforme Serrés¹¹.

“A racionalidade do saber não é tão difícil de se definir quanto se acredita. A ciência é a comunicação em seu estado mais favorável. A virtual universalidade de seu discurso e de suas práticas é anterior às certezas que fornece”.

A racionalidade fundadora da ciência, para Serrés, teria a forma do diálogo platônico, como confronto de roles e contra-roles. A ruptura do diálogo, o desvio de sua estrutura agônica (que provê um mecanismo de controle argumentativo), assim como o segredo, são a ruína da racionalidade. A ruptura da comunicação é a destruição do próprio exercício da razão:

“A apropriação do saber é função do rigor dos segredos. Dos limites impostos ao espaço de comunicação. Por um lado, quanto mais se codifica uma mensagem, menos numerosos são seus proprietários e, segundo o teor da mensagem, mais poderosos são”.¹²

De fato, no desvio da racionalidade, perdeu-se a fronteira entre o saber e o não-saber, ao perder-se o caminho da comunicação, sob as condições da reciprocidade.

Qual é agora a natureza e dimensão dos problemas da comunicação que constantemente geram e regeneram o emaranhado da informação? Serão conseqüência do segredo, conseqüência das medidas de segurança industrial e estratégicas? Ou será a tagarelice dos meios de comunicação “um a muitos”, a vulgarização, a geração constante de redundância e de pseudo-conhecimento, o que gera a intransparência e um permanente atraso em nossos vãos esforços de atualização permanente? Existe hoje uma impossibilidade social da informação adequada - além da impossibilidade estrutural da plena informação. Tratar-se-á de recolocar, nos novos termos, o “hiato comunicacional” que resulta do “emaranhado da informação”.

4 A direção e a forma do Perguntar na Ciência da Informação na década de 90

No início da década do 80, considerávamos a Ciência da Informação como o resultado da expansão da racionalidade moderna, sobre a comunicação do conhecimento, desenvolvendo-se ao mesmo tempo em três domínios paralelos:

- a) Do ponto de vista da técnica, monitorando a incorporação das novas tecnologias da computação no domínio da comunicação documentária organizada;
- b) Do ponto de vista da Administração, incorporando conceitos e procedimentos da Análise de Sistemas;
- c) Do ponto de vista epistemológico, buscando a cientificidade através do uso de métodos estruturais e estatísticos - de leitura de tendências, conforme uma concepção observational do acesso aos universos da informação (através de indicadores tais como os construídos pela Bibliometria e a Cientometria).

Na década do 90, podemos reutilizar aqueles grandes parâmetros, mas modificando as unidades de análise e seus valores:

- a) Do ponto de vista da técnica, priorizam-se as redes e o desenho de “interfaces”;

b) Do ponto de vista da Administração, trabalha-se em direção ao conceito de “gestão do conhecimento”, não como uma das formas da gestão mas como aquilo que hoje define o que seja a gestão de qualquer empreendimento;

c) Do ponto de vista do modo do saber, a partir de uma concepção ampliada das cadeias de transferência de informação e da conseqüente necessidade de modificar os conceitos de relevância. Cientes do papel da relação social no caráter relacional da informação, procuram-se agora procedimentos sociológicos e antropológicos que permitam uma melhor descrição dos sujeitos individuais e coletivos e suas trocas comunicativas.

Frente ao “emaranhado das informações” (o que para nós é resultante de um “hiato comunicação/informação”), uma das principais tarefas seria hoje definir interfaces de e para a informação.

Para Pierre Levi¹³, uma interface é uma estrutura de transmissão, de traduções e de deformações. Não tem seu começo em redes digitalizadas: define, antes, múltiplos dispositivos de mediação das interações (dos homens entre si e com as coisas), e contribuem a sua padronização e simplificação, a efeitos de sua facilitação. Impressos, jornais, livros, são já redes de interfaces, ocultas na habitualidade do uso. Assim, quanto mais amigáveis, menos visualizáveis - porém, igualmente existentes. A interface informática oferece um mínimo de superfície diretamente acessível num mesmo instante: como um grande mapa que explorássemos sem nunca poder despregá-lo por inteiro, ou olhar num único “sobrevôo”: sempre temos acesso através de minúsculos pedaços...

A interação amigável, a velocidade de manipulação, são assim variáveis das interfaces informáticas. Na rede, agregam-se àquelas variáveis outras mais específicas, como a conectividade (o potencial de conexões da rede ou da malha aberta por uma interface), ou o cosmopolitismo (caráter de “heterofilia” das unidades envolvidas), etc.

Por certo, o conceito de interface pode nos ajudar a esclarecer o “por que” e para onde de uma Ciência da informação. Não, porém, de modo imediato.

Não pode acontecer que a finitude indefinida e inapreensível dos universos digitalizados de *informação provoquem nossa* distração, e que encantados com os mapas deixemos de explorar os territórios?

Quais são os espaços que se abrem além das dobras dos hipertextos? Quais os territórios para os quais não existem ainda representações digitais e interfaces? Quanto mais informação recebemos, mais conhecimento e competências são adquiridos?

Destacamos, detrás do conceito de interface, o conceito de relação.

Certamente, a informação é compreendida hoje como um operador de relação ou como um indicador de uma mediação, num agir relacionante: ver, julgar, conhecer, fazer, comunicar. Trata-se, porém, de um agir relacionante que tem como princípio detonante de sua forma e direção, a relação social. A informação, como operador de relação, carrega já em sua “forma” a própria relação social. Assim como Kant dizia que o limite do conhecimento possível é a possibilidade de experiência do sujeito conhecedor, hoje podemos dizer que a possibilidade de informação tem os limites das relações socialmente legítimas ou possíveis.

A relação social é a que situa o acontecimento informacional no tempo e no espaço, estabelece o “locus” de sua realização como cultura e como memória, numa função de potência ou de poder.

As perguntas pelas interfaces, como perguntar por um saber informational, podem assim ser reformuladas:

Quais são os dispositivos de interface que, como dispositivos técnicos e sociais, atualizam hoje a potência e o poder na Comunicação da Informação?

A natureza amigável das interfaces não é, como *locus* de uma nova intransparência, a opacificação de assimetrias da comunicação de informação?

5 Considerações finais

A experiência grega nos lembra que o terrível no destino do homem é que, por destino, tem opção. E se a opção nos acontece como condição, o conjunto das condições precedem e tomam possíveis o conjunto atual

das opções: ora a trajetória da opção fica incorporada às condições, como a **tradição**, ora o traçado do horizonte das tradições incorpora-se e tece, sub-repticiamente, as “entretelas” da opção.

Retomando a palavra no cenário contemporâneo, **a opção** é sinônimo de **política** (opção do bem viver no mundo e com os outros) e no domínio da pergunta pela informação, no sentido mais perigoso de produzir alguma coisa: a produção do sentido. Política, então, da cultura, do conhecimento, da informação.

NOTAS

¹ ARISTÓTELES, Metafísica. Barcelona, Iberia, 1964. Cif. L.VI, Cap. IV.

² HEIDEGGER, M. Introducción a la Metafísica. Bs.As., Nova, 1964. p.64

³ HEIDEGGER M., idem, p. 184

⁴ HEIDEGGER M., idem, p.194

⁵ HEGEL, Filosofia do Direito. Bs.As.. Claridade 19

⁸ RANGANATHAN, S. R. Prolegomena to Library Classification. Bombay, Asia Publishing House, 1967, esp. “Part P”, pag. 351 e ss.

⁷ BRADFORD, S. C. Documentation. London. Crosby Lockwood. 1953.

⁸ SARACEVIC, T. Information Science: Origin, Evolution and Relations. Pre-print. 1991, p. 2.

⁹ Jaenecke, P. What End Knowledge Organization? Knowledge Organization v.21, n. 1, p.3-11, 1994.

¹⁰ VARET, G. Pour une Science de l'information comme discipline rigoureuse. Paris. Les Belles Letres, 1987.

¹¹ SERRES, Hermes: uma filosofia da ciência. RJ, Graal, 1990. P.84.

¹² SERRES, Idem, p.84

¹³ LEVI, P. As Tecnologias da Inteligência. R.J. Ed. 34, 1993. p. 18